

Tânia Cristina Santos de Oliveira

A Busca da Identidade do Pedagogo

Rio de Janeiro
2001

Tânia Cristina Santos de Oliveira

A Busca da Identidade do Pedagogo

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
DISCIPLINA MONOGRAFIA

Reitor: Pietro Novellino
Decana: Maria José Mesquita Cavalleiro de Macedo Wehling
Diretora: Dayse Martins Hora
Chefe do Departamento: Sueli Barbosa
Professor: Denise Sardinha



A BUSCA DA IDENTIDADE DO PEDAGOGO

TÂNIA CRISTINA SANTOS DE OLIVEIRA

Monografia apresentada à Escola de Educação da
UNIRIO para obtenção do grau de Licenciatura em
Pedagogia.

Professora Orientadora: Angela Maria Souza Martins

Rio de Janeiro
2001

OLIVEIRA. Tânia Cristina Santos de . **A Busca da Identidade do Pedagogo**. 2001. 42 f. Monografia (Licenciatura Plena em Pedagogia)- Escola de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, 2001.

O Oliveira, Tânia Cristina Santos de.
A Busca da Identidade do Pedagogo - 2001.
42 f.

Monografia (Licenciatura Plena em Pedagogia)
-Escola de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, 2001.

1. Identidade do Pedagogo.
I. Título.

CDD -
CDU -

Homenagem

Esta homenagem é para todos aqueles com quem convivi durante toda a faculdade, se faltar alguém que me desculpe, mas tenha a certeza de que faz parte de mim.

A todos os colegas que comigo estiveram com o destaque para estes:

Aghata, Ana Maria, Adriana, Anita, Aparecida, Daniela, Débora, Demetrius, Fátima, Fabiana, Fernanda, Fabbio, Gleí, Gisele, Gorete, Ilza, Júlio, Karina, Karla, Laís, Marinete, Michael, Norma, Patrícia, Raquel, Roberta Santana, Roberta Guimarães, Socorro, Márcio.

Aos Professores:

Liana, Vilma, Carmem, Luís Otávio, Luís Eduardo, Ianini, Sandra, Gilda, Mônica, Josaida, Anakeila, Máximo, Valéria, Ahias, Adilson, Lígia, Janete, Denise, Sueli, Miguel, Marta, Elisa, Maria Claudia, Malvina, Nilci, Lúcia, Tunica, Júlia, Gak, às queridíssimas Angela e Maria Amélia,...

Aos funcionários :

Tereza, Carlos e o saudoso Sr. João (Arquivologia).

Caminhos do Coração (pessoa=pessoas) (Gonzaga Jr.)

Há muito tempo que eu saí de casa
Há muito tempo que eu caí na estrada
Há muito tempo que eu estou na vida
Foi assim que eu quis e assim eu sou feliz
Principalmente por poder voltar
A todos os lugares onde já cheguei
Pois lá deixei um prato de comida, um abraço amigo
Um teto para dormir e sonhar
**E aprendi que se depende sempre
De tanta muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas
E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sózinho por mais que pensa estar
E é tão bonito quando a gente pisa firme
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos
É tão bonito quando agente vai à vida
Nos caminhos onde bate bem mais forte o coração**

A minha Vó Alice Cuba,

Dedico este trabalho a você , **minha Avó**, querida e amada. Tenho a consciência que sem sua ajuda não teria conseguido. Você é a grande companheira, é meu porto seguro, e sei o quanto é importante para você, eu ter chegado a esta conquista.

Valeu Vó , Vencemos!

A meu filho, Leonardo.

Nada disso terá real relevância se não servir de exemplo para você em toda sua vida.

Sabemos, eu e você, o quanto foi difícil chegar até aqui, pois acompanhaste tudo de pertinho, tão pertinho que às vezes nem me deixava executar minhas tarefas.

Que em toda sua vida você se lembre da minha luta, apesar de todas as dificuldades, e que com isso , tenhas a força para levantar a cada tombo , e a cada vez que se levantar aprenda com seus próprios tombos a ter mais cuidado e evitar cair novamente. Te amo!

Agradecimentos:

A Deus,
Por tudo que significas na minha vida, hoje e sempre. Obrigada Senhor, que eu tenha a maturidade e a humildade de retribuir a tudo que fizeste.

A meus mentores espirituais,
Sei que tenho dado muito trabalho, mas prometo ser mais boazinha. Obrigada!

A um Sujeito oculto,
Espero que onde estejas, possa ter o espírito tranqüilo, se aparentemente nada fizeste, me deste o que de maior poderia ter: A Vida

Aos meus pais Daute e Bete, minhas irmãs Adriana e Aline, meu marido Reynaldo,
Obrigado por tudo que fizeram, e principalmente por tudo que deixaram de fazer. Pois as dificuldades uma vez ultrapassadas me tornaram mais forte, e como uma alavanca ascenderam-me.
Se tudo estivesse sendo feito por vocês, não seria nada, porque não teria realizado nada.
Hoje me tornei melhor. Melhor como pessoa, cresci como profissional e como "gente".
Espero sermos uma família para sempre, mesmo que o destino nos forneça caminhos divergentes, que a amizade seja maior que as mágoas.

Meus sogros Diana e Elísio,
Por todas as noites que somente iam dormir após minha chegada, pelas vezes que cuidaram do Léo quando ia à faculdade, pelos vários "Um Real 'emprestados'" que não tiveram volta. Obrigada.

A minha colega Daniele Brum,
Que me estendeu a mão quando não mais acreditava em mim mesma.

Ao departamento de Arquivologia, todos os colegas que trabalhei no projeto das Escolas Extintas e ao Sátiro:
Obrigado pela oportunidade e pela confiança.

A Secretaria Estadual de Educação, setor Escolas Extintas: Heloísa Maciel, Terezinha, Aurora, Clarice, Maurício, Leci, Leila, Celi, Marisa, Vanilda, Marilene, Conceição, Marli, Silvia, Júlio, Regina, Dôra, José, ...
Pela experiência adquirida na convivência com todos vocês.

Um agradecimento especial a minha Orientadora Angela Maria,
Você foi mais que uma orientadora, foi uma amiga incansável nessa árdua produção.
"-Quando eu crescer, quero ser igual a você!"

“Devemos ser capazes politicamente de admitirmos a falta de alternativas em determinados momentos. O que não podemos é perder a perspectiva de que este espaço não é o que queremos. A pior derrota é desistirmos e desencantarmos.”

Pablo Gentili

Resumo:

Nossa monografia faz um breve histórico do curso de Pedagogia, mostra como este curso está organizado atualmente nas principais universidades do Rio de Janeiro e finaliza com a questão da identidade do Pedagogo. O nosso trabalho tem por objetivo chamar a atenção sobre as discussões que cercam esta questão da busca da identidade do Pedagogo em seu processo histórico. Utilizamos a metodologia da pesquisa bibliográfica, onde a espinha dorsal está focada nos trabalhos de Donaldo Bello de Souza e Jonaedson Carino que foram os organizadores de um livro que reúne professores das cinco maiores universidades do Rio de Janeiro, Carmem Sílvia Bissoli Silva, além de autores que foram necessários para melhor compreender o tema aqui abordado, como: Valnir Chagas, Iria Brzezinski, Bernadete Gatti, José Carlos Libâneo, Eurize Caldas Pessanha e Paulo Freire.

SUMÁRIO

Introdução	9
1- Breve Histórico da Fundação do Curso de Pedagogia	11
1.1 - A Criação: Decreto Lei 1190/1934	11
1.2 - A Primeira reformulação : Parecer CFE 251/1962	13
1.3 - A Segunda Reformulação: Parecer CFE 252/1969	19
2- Cursos de Pedagogia – Uma Visão Atualizada	25
3- A Identidade dos Egressos de Pedagogia	36
4- Conclusão	39
5- Referências Bibliográficas	41

Introdução:

Este trabalho apresenta a busca da identidade do Pedagogo, que vem sendo discutida em todo processo histórico, que vai desde a sua criação até os dias de hoje.

O tema foi escolhido a partir da observação das discussões no espaço da própria faculdade, quer seja no âmbito da sala de aula, de atividades extracurriculares como palestras e debates e também pela observação nos estágios realizados no decorrer do curso.

O Objetivo desta monografia, é mostrar que para o Pedagogo é importante reconhecer seu perfil e através desse reconhecimento, a identidade de sua profissão influenciando diretamente na sua atuação e na sua postura nos meios acadêmicos, de trabalho e frente a sociedade.

Para este trabalho, foi utilizada a metodologia da pesquisa bibliográfica, selecionamos os trabalhos de Donaldo Bello de Souza e Jonaedson Carino que foram os organizadores de um livro que reúne professores das cinco maiores universidades do Rio de Janeiro, Carmem Silvia Bissoli Silva, além de autores que foram necessários para melhor compreender o processo histórico no qual está inserida esta pesquisa como: Valnir Chagas, Iria Brezinski, Bernadete Gatti, José Carlos Libâneo, Eurize Caldas Pessanha e Paulo Freire.

A questão central deste trabalho é traçar a identidade do egresso do curso de Pedagogia atualmente. Identidade essa que foi pretendida pelas Universidades através das propostas que geraram a reformulação de seus currículos.

O presente trabalho foi dividido em quatro capítulos apresentados abaixo:

1. Breve histórico da formação do curso de Pedagogia no Brasil.
2. Cursos de Pedagogia – Uma visão atualizada.
3. A identidade dos egressos de Pedagogia.
4. Conclusão.

O primeiro capítulo revelou, através de uma abordagem histórica, as temáticas envolvidas na formação do curso de Pedagogia e no campo de atuação do profissional egresso deste curso e nas suas reformulações .

O segundo capítulo mostrou como se deu o processo de reformulação do curso de Pedagogia nas principais Faculdades de Educação do Rio de Janeiro na década de 90.

O terceiro capítulo visou demonstrar o perfil do egresso de Pedagogia a partir dos aspectos mais comuns apontados pelas cinco principais Faculdades de Educação do Rio de Janeiro, .

A Conclusão mostrou o pensamento da autora diante do estudo realizado.

Fundamentalmente o intuito deste trabalho é refletir sobre quem somos enquanto profissionais de educação embasados pelos currículos das Faculdades de Educação.

1- BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL

Segundo Carmem S. Silva, o curso de Pedagogia foi se constituindo a partir da construção de sua própria identidade, dos constantes questionamentos sobre as funções do Pedagogo e as diversas tentativas para “reequacionar” estas funções.

O curso de Pedagogia no Brasil foi instituído a partir de três regulamentações:

- Decreto Lei 1190/1934.
- Parecer CFE 251/1962
- Parecer CFE 252/1969

1.1- A CRIAÇÃO: DECRETO LEI 1190/1934

O curso de Pedagogia foi outorgado, através do “Decreto Lei nº1190 de 4 de Abril de 1934”, quando então, era organizada a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil que junto com os cursos de Filosofia, Letras e Ciências compuseram as Seções Fundamentais da Faculdade.

A partir desse momento, foram fixados currículos plenos e também a duração para todos os cursos.

O Bacharelado era cursado em três anos, para aqueles que desejavam fazer a licenciatura era necessário cursar um ano de Didática, que compunha uma seção especial do curso de Pedagogia

ESTRUTURA DO CURSO DE PEDAGOGIA ¹

1º ANO	COMPLEMENTOS DA MATEMÁTICA
	HISTÓRIA DA FILOSOFIA
	SOCIOLOGIA
	FUNDAMENTOS BIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO
	PSICOLOGIA EDUCACIONAL

2º ANO	PSICOLOGIA EDUCACIONAL
	ESTATÍSTICA
	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
	FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO
	ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

3º ANO	PSICOLOGIA EDUCACIONAL
	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
	ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
	EDUCAÇÃO COMPARADA
	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

DIDÁTICA	DIDÁTICA GERAL
	DIDÁTICA ESPECIAL
	PSICOLOGIA EDUCACIONAL
	ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
	FUNDAMENTOS BIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO
	FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

¹ Os bacharéis do curso de Pedagogia, restavam apenas cursar as Didáticas Geral e Especial.

O Bacharel em Pedagogia era preparado para trabalhos considerados intelectuais, para exercer altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica (art. 1º alínea a). Este profissional passou a ocupar os cargos denominados Cargos Técnicos da Educação do Ministério da Educação (art., 51, alínea c)².

Havia uma dicotomia na formação de Bacharéis e Licenciados, dividia-se o conteúdo e o método.

Ao excluir do curso de Bacharel as Didáticas Geral e Especial, dificultou-se ainda mais a definição da identidade desse profissional, no entanto para o Licenciado em Pedagogia, a situação também não era diferente.

A Lei Orgânica do Ensino Normal – Decreto-Lei n.º 8.530/46 determinava que para lecionar nesse curso, era suficiente o diploma de ensino superior. Ao Licenciado em Pedagogia ficou o direito de lecionar Filosofia, História e Matemática.

1.2- A PRIMEIRA REFORMULAÇÃO: PARECER CFE 251/1962

Em 1962, introduziu-se alterações no currículo conforme prescreveu o parecer CFE n.º 251/62. Estas alterações não sanaram os problemas fundamentais. Nesse parecer o Prof. Valnir Chagas³ explicitava a fragilidade do curso de Pedagogia, e apontava as controvérsias que existiam sobre a manutenção ou extinção do curso.

A idéia de extinção provinha da acusação da falta de um conteúdo próprio, Valnir Chagas fixou um currículo mínimo e a duração do curso de Pedagogia, prevendo que a partir de 1970 o curso de Pedagogia passaria por uma redefinição, uma vez que se apontava a formação superior para o professor primário,

² É preciso que se ressalte que mesmo com a criação desses cargos no Ministério da Educação, as funções do Bacharel em Pedagogia não estão definidas.

³ Valnir Chagas foi uma forte presença no cenário da legislação escolar brasileira nas décadas de 60 e 70, principalmente no que se refere à formação de educadores. Formado em Direito, Letras e posteriormente em Pedagogia, foi membro do Conselho Federal de Educação por 18 anos perfazendo o total de três mandatos consecutivos. Relator de muitos pareceres, dentre eles destacamos as resoluções que geraram a reformulação do curso de Pedagogia e também os que vieram a reformular as demais licenciaturas em 1962 e 1969. Também foi de sua autoria em meados da década e 70 indicações para implantação de um novo sistema de formação do magistério. Desta vez, seu projeto foi interrompido, frustrando a aplicação das intenções presentes na Reforma Universitária de 68 – Lei Fed. 5540/68 e na Reforma do Ensino de 1º e 2º graus – Lei nº5691/71, participando como membro do Grupo de Trabalho que elaborou o Projeto de Lei em cada um dos dois casos.

o “pedagoga”⁴ teria sua formação a partir da pós-graduação. É necessário ressaltar que tal medida permitiu que Bacharéis e Licenciados de outras áreas atuassem no campo da educação.

Quando o parecer estabeleceu que o curso de Pedagogia destinava-se a formação do “pedagoga” e do professor de disciplinas pedagógicas do curso Normal, na verdade reforçou a falta de identidade do profissional formado no curso de Pedagogia.

O Licenciado para os cursos de licenciatura em geral⁵, tinha que cursá-lo ao mesmo tempo que o Bacharelado em cursos previstos para quatro anos.

O Bacharelado tinha como currículo mínimo cinco matérias obrigatórias e duas opcionais, perfazendo um total de sete matérias:

{ Psicologia da Educação
Sociologia Geral e da Educação
Obrigatórias História da Educação
Filosofia da Educação
Administração Escolar

{ Biologia
História da Filosofia
Estatística
Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica
Cultura Brasileira
Opcionais Educação Comparada
Higiene Escolar
Currículo e Programas
Técnicas Audiovisuais da Educação
Teoria e Prática da Escola Média
Introdução à Orientação Educacional

⁴ A autora referia-se aos Cargos Técnicos da Educação.

As disciplinas de Didática e Prática de Ensino⁶ eram obrigatórias para os alunos que se interessassem pela Licenciatura.

O Parecer n.251/62, não faz referências a área de atuação do profissional da pedagogia, mas usa ao longo de seu texto expressões como: “*administradores, especialistas de educação e profissionais destinados às funções não docentes do setor educacional*” (Brasil, CFE, Documenta, n.11:p.63-4 In Silva). Procura justificar a identidade deste profissional incluindo as disciplinas de Estatística e Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica como obrigatórias, vistas como disciplinas que embasariam a formação do Técnico de Educação.

Diante deste quadro percebemos que, houve uma clara inversão no tratamento das questões que envolvem o curso de Pedagogia, haja vista que fixaram currículo mínimo, sem saber das perspectivas do mercado de trabalho para um profissional que não possuía uma definição própria.

A imprecisão do currículo foi alvo de questionamentos e pedidos de reformulação nos Congressos Estudantis da época.

O Congresso Estadual de Estudantes de Pedagogia da Região de Rio Claro em 1967, levantou alguns pontos a serem analisados para uma reformulação no currículo do curso de Pedagogia, dentre eles Silva destacou :

- A negligência dos aspectos essenciais através de um currículo enciclopédico, que restringia a formação do professor a teorias. O que consideravam tornar sua capacitação insuficiente .
- A falta de regulamentação da profissão do Licenciado em Pedagogia, fomentava os impasses quanto à definição do curso.
- A invasão do mercado de trabalho do licenciado em Pedagogia por profissionais de outras áreas..

Se em meados da década de 50 esboçava-se a introdução do profissional “*Técnico de Educação*” nas burocracias oficiais e no organograma de algumas escolas da rede pública e privada, na década de 60 não havia um campo profissional que o demandasse.

⁵ Aprovada sob a vigência da antiga Lei Fed. N. 4024/61, a Resolução CFE/62 (relatada por Valnir Chagas) foi incorporada ao Parecer n.292/62 e regulamentava a matéria em questão.

O Congresso preocupou-se com a necessidade de regulamentação desse mercado, ressaltando que os órgãos diretamente ligados à educação precisavam sentir que em nada adiantaria qualquer modificação na estrutura do curso de Pedagogia enquanto não se resolvessem tais problemas.

Os estudantes também recomendaram que o levantamento dos dados estatísticos relacionados a educação fossem analisados não apenas por técnicos em estatística, mas também por equipes compostas por educadores, sociólogos e economistas. Recomendavam que para os cargos e funções existentes e regulamentados no setor educacional (Orientador Educacional, Diretor da Escola Média, Inspetor de Ensino Médio e Técnico em Educação), bem como determinados cargos ou funções que exigiam conhecimento e prática pedagógica em diversas repartições ou secretarias, fossem providos exclusivamente pelo Licenciado em Pedagogia, mediante concursos públicos regulares de títulos e provas.

O Congresso dos estudantes da Região de São Paulo em suas recomendações apontava para a necessidade de se criar cargos e funções que profissionais aptos pudessem atuar conforme a necessidade da realidade educacional brasileira nos setores de planejamento educacional, TV educativa, instrução programada, educação de adultos, formulação de filosofia de educação, reformulação da política educacional, educação de excepcionais, especialização de nível de ensino, desenvolvimento de recursos humanos, atividades comunitárias, avaliação de desempenho em escolas e empresas, administração de pessoal (análise e classificação de cargos, recrutamento, seleção, colocação e treinamento de pessoal), educação sanitária.

Ressaltavam ainda que se o curso de Pedagogia pretendia objetivos, formar professores que preparassem docentes de nível médio, era de extrema necessidade que o licenciado em Pedagogia, provesse todas as disciplinas pedagógicas contidas no Curso de Professores Primários, com exclusividade.

Solicitavam a realização anual de concursos públicos para a lotação imediata de todos os cargos não lotados no magistério de nível médio.

Recomendaram também que o licenciado em Pedagogia participasse da organização de um sistema de treinamento, de caráter permanente, destinado à formação, adaptação e aperfeiçoamento de todo o funcionalismo público, que

⁶ As demais matérias já estavam incluídas no curso do Bacharelado em Pedagogia.

ingressavam sem exigências de provas públicas (maioria do funcionalismo da época). Quanto a seleção foram na base das qualificações gerais onde a maioria permaneceu com os mesmos conhecimentos de início de carreira, em defasagem com o progresso técnico-científico, a fim de permitir-lhes avanço nesse campo do conhecimento.

Como último ponto os estudantes recomendavam que o licenciado em Pedagogia exercesse a função de técnico de Administração, considerando sua formação em ciências e técnicas administrativas e pedagógicas (Congresso Estadual de Estudantes de Pedagogia, 1967).

Se em São Paulo o campo de trabalho do Pedagogo demandava providências, nos demais Estados a situação não era diferente.

As dificuldades encontradas pelos Pedagogos, em todo o país, causavam perplexidade, inclusive no que se referiu aos direitos conferidos ao licenciado em Pedagogia, conforme descrito:

- Licenciados até 1965 (conforme Portaria MEC nº 478/54): direito ao registro nas chamadas cadeiras de Educação. Do Ensino Médio: em Filosofia, História geral e do Brasil (no ciclo em que fosse ministrado o ensino da disciplina ou nos dois ciclos) e em Matemática no primeiro ciclo.
- Licenciados de 1966 à 1968 (nos termos da Portaria MEC nº 341/ 65: os direitos estenderam-se à Psicologia, Sociologia (2º ciclo) ou Estudos Sociais (1º e 2º ciclos), no caso das duas primeiras, era necessário ter cursado 160 horas/aula ou por 2 anos, e no caso da última de terem cursado duas disciplinas do currículo de Estudos Sociais pelo mínimo de 160 horas/aula.
- Licenciados a partir de 1969: retirado o direito em relação à Filosofia, História e Matemática.

A indefinição do curso de Pedagogia, a insegurança e a insatisfação dos estudantes e de seus profissionais levaram a idéia de reformulação não apenas das disciplinas do curso, mas também de sua estrutura curricular.

A mudança era pensada de forma que os alunos passassem a fazer uma opção curricular, em função do campo de trabalho.

Esta tendência se intensificava na área de educação em geral, o estabelecimento de uma correspondência entre currículo e campo de trabalho, tornando-se mais visível no contexto pós-golpe militar de 1964, onde a

administração pública e privada submetia-se às exigências do projeto de desenvolvimento nacional da ditadura militar. Enquanto isso, no curso de Pedagogia, a idéia do técnico em Educação prevaleceu como profissional indispensável para o desenvolvimento educacional.

Em 1967 no Congresso Estadual de estudantes de Pedagogia, em São Paulo, defendeu-se a reformulação do currículo do curso de Pedagogia. Neste congresso sugeriu-se que a formação de Educadores Especializados e Técnicos de Educação fossem divididos em dois ciclos: o básico e o profissional, sendo este orientado para diferentes especializações.

Embora revelada a insatisfação com a situação política e econômica da época e conclamando estudantes e educadores a se organizarem contra ela, os estudantes paulistas não contestaram os termos técnicos da proposta governamental, este comportamento não foi apenas dos estudantes, mas também dos educadores. Inclusive Lauro de Oliveira Lima, autor que figurava entre os críticos da educação na ditadura militar, defendia a formação dos técnicos pelo curso de Pedagogia, apontamos cerca de dez especialidades diversas.

Na década de 60 intensificou-se o pensamento governamental no âmbito do ensino que pretendia uma universidade que não fugisse ao controle do Estado. A reformulação do ensino superior começou realmente a ser tratada em 1968 onde a *“efervescência do movimento estudantil alcançava sua culminância”*.

Essa reformulação tinha como intuito disciplinar o alunado e ratificar as mudanças parciais anunciadas em 1964 com o objetivo de economizar recursos e obter maior produtividade.

Com a aprovação da Lei Federal nº 5.540 de 28 de novembro de 1968- (a Lei da Reforma Universitária) triunfou os princípios da racionalidade, eficiência e produtividade no trato do ensino superior.

Nasce o que alguns críticos passaram a chamar de Universidade tecnocrática, ainda que mesclada com nuances do pensamento liberal.

Diante disto, os cursos superiores subordinaram-se as exigências da sociedade, segundo a visão da ditadura militar, tanto no que diz respeito a formação de profissionais para diferentes setores de trabalho, quanto às necessidades relacionados ao desenvolvimento nacional acentuando a relação entre cursos superiores e as profissões.

Institucionalizou-se o ciclo básico, o sistema de crédito com matrícula por disciplinas, cursos de pequena duração e reunião de disciplinas afins num mesmo departamento que concentrasse ensino e pesquisa.

1.3- SEGUNDA REFORMULAÇÃO: PARECER CFE 252/1969

O conselheiro Valnir Chagas foi o autor dos pareceres CFE n.º 252/69 e CFE nº251/62, que regulamentavam o curso de pedagogia.

O parecer CFE 252/69 incorporou a Resolução CFE n.º 2/69 que fixava conteúdos mínimos e duração, Esta legislação regulamentou o Curso de Pedagogia até a homologação da LDB - Lei Federal n.º 9.394/96.

Este parecer visava a formação de professores para o ensino Normal e especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção no âmbito escolar ou em sistemas escolares. Designando conjuntos de atividades aos quais destinam-se os especialistas.

Fragmentou-se a formação do Pedagogo na reformulação da estrutura curricular devido a criação de habilitações que formassem profissionais específicos para a cada conjunto de atividades.

Esta estrutura curricular pretendeu definir a formação em função da atuação profissional (conforme concepção tecnicista).

As modalidades de capacitação devem partir de uma base comum de estudos passando o curso de Pedagogia a compor-se de duas partes: uma comum, pois constituía-se pelas matérias consideradas básicas para formar profissional da área, e a outra diversificada que instrua de acordo com a formação das habilitações específicas.

As exigências do mercado de trabalho justificaram a formação das especialidades pedagógicas na graduação, mesmo reconhecendo que o momento mais apropriado era na pós-graduação.

Compunham as partes diversificadas da Pedagogia as seguintes especialidades: Magistério dos Cursos Normais e Atividades de Orientação, Administração, Supervisão e Inspeção. Ensino das Disciplinas e Atividades Práticas dos cursos Normais, Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar. As três últimas podem ser oferecidas em cursos de

curta duração onde os profissionais só atuem em escolas de 1º grau e de duração plena com profissionais que atuem em escolas de 1º e 2º graus.

Os problemas de organização e controle da escola primária são muito complexos, assim como os do ensino médio e superior, esta hierarquização do trabalho pedagógico não corresponde a etapas inseparáveis do trabalho pedagógico, então essa variação na duração dos cursos também é justificada em função das exigências do mercado de trabalho.

Na área de Orientação Educacional dispensou-se habilitação específica para a escola primária. A percepção global do comportamento infantil exige uma ligação das atividades escolares a partir de uma adequação do trabalho docente (instruindo e educando).

Como previsão para melhor atender a escola primária o parecer esclarece que

“de uma parte, com o novo tratamento dispensado ao preparo do magistério para os cursos normais, e de outra, com a institucionalização da figura do Supervisor, que se constitui nos últimos tempos uma das mais felizes experiências do ensino fundamental brasileiro”. (Brasil , CFE, Documento, n.100, p.108. in Silva)

Conforme relato de Silva, o parecer fixou as matérias diversificadas que compunham cada habilitação, entretanto a resolução que o acompanhava não compartilhava do mesmo tratamento, então a compilação do parecer e da resolução culminou pela seleção entre três a cinco matérias, como mostra a seguir:

HABILITAÇÃO	MATÉRIAS
ENSINO DAS DISCIPLINAS E ATIVIDADES PRÁTICAS DOS CURSOS NORMAIS	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º GRAU METODOLOGIA DO ENSINO DE 1º GRAU, PRÁTICA DE ENSINO NA ESCOLA DE 1º GRAU (ESTÁGIO)
ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º GRAU ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 2º GRAU PRINCÍPIOS E MÉTODOS DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL ORIENTAÇÃO VOCACIONAL MEDIDAS EDUCACIONAIS
PLENA EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º GRAU ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DE ENSINO DE 2º GRAU. PRINCÍPIOS E MÉTODOS DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR ESTATÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO

PLENA EM SUPERVISÃO ESCOLAR	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º GRAU PRINCÍPIOS E MÉTODOS DE SUPERVISÃO ESCOLAR. CURRÍCULO E PROGRAMAS
PLENA EM INSPEÇÃO ESCOLAR	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DE ENSINO DE 1º GRAU ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DE ENSINO DE 2º GRAU PRINCÍPIOS E MÉTODOS DE INSPEÇÃO ESCOLAR LEGISLAÇÃO DO ENSINO

OBS: Para os cursos de Administração, Supervisão e Inspeção Escolar com curta duração foi substituído as matérias de Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º e 2º Graus e Princípios e Métodos para Administração da Escola de 1º Grau, Supervisão da Escola de 1º Grau e Inspeção da Escola de 1º Grau, respectivamente.

As várias habilitações supunham um só diploma e o parecer aconselhava que fosse o de Bacharel⁷, entretanto com a aprovação pelo plenário por maioria de votos venceu título de Licenciado (conforme emenda de D. Luciano Duarte.)

Neste parecer a idéia era que os Pedagogos já tivessem formação no curso normal (exceto os que cumprem curso de curta duração).

O parecer procurou esclarecer um impasse : o direito do magistério primário ser ministrado pelos diplomados em Pedagogia⁸ e acabou por determinar a criação de uma habilitação especial⁹ que possibilitasse estudos que garantissem esse direito.

⁷ O parecer considerava que o Pedagogo não precisava ser licenciado, através de formação apropriada, uma vez que o caráter pedagógico está intrínseco no conteúdo do Curso de Pedagogia

⁸ Do ponto de vista legal “Quem prepara o professor primário tem condições de ser também professor primário”. Do ponto de vista técnico “Nem todos que se diplomam em Pedagogia recebem a formação indispensável ao exercício do Magistério primário” (Brasil, CFE, Documenta, n. 100, p. 110)

⁹ Metodologia do ensino de 1º grau e Prática de Ensino na Escola de 1º grau (c/ estágio supervisionado).

E essa nova habilitação era adquirida automaticamente pelos que se preparam nestas disciplinas em cursos normais ou aos que se habilitaram nas demais modalidades que não essa acrescentariam-na, podendo ser incluídos os diplomados em curso de menor duração (nesta fase estes candidatos são considerados ideais).

O Parecer também permite que o Conselho Federal de Educação, crie outras habilitações além das previstas (seja ela de Ensino Superior ou por combinação entre os dois níveis).

Este parecer previu possibilidades de desenvolvimento na graduação ou pós-graduação de outras habilitações, porém não as detalhando permitiu que elas se desenvolvam como áreas específicas:

- a) Matérias Pedagógicas da parte comum.
- b) Matérias e Atividades da parte diversificada¹⁰
- c) Matérias e Atividades Pedagógicas incluídas nos planos das instituições de Ensino Superior¹¹.

Conforme descreve a autora, a Resolução n.º 2/69 incorpora o parecer indicando que nestas áreas de estudo poderão se constituir objeto de habilitações específicas no curso de Pedagogia, para o exercício de funções técnicas ou de assessoria com validade nacional, era necessário a aprovação do Conselho Federal de Educação, que estabelecia o mínimo de duração para os cursos de sua competência.

Uma das exigências do Parecer é que se cumpra estágio nas habilitações a fim de possibilitar vivência da especialidade escolhida.

¹⁰ Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau e 2º grau, ¹⁰ Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior, Estatística Aplicada à Educação, Currículos e Programas, Medidas Educacionais, Legislação do Ensino.)

¹¹ Economia da Educação, Antropologia Pedagógica, Educação Comparada, Técnicas Audiovisuais de Educação, Rádio e Televisão Educativa, Ensino Programado, Educação de Adultos, Educação de Adultos, Educação de Excepcionais, Clínica de Leitura, Clínica da Voz e da Fala, Higiene Escolar, Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica.

Para orientação educacional o Parecer exige que se tenha experiência em magistério pois ensinar está interligado com as atividades escolares, aproveitando essa deixa, o plenário por votação majoritária estendeu aos cursos de Administração Escolar e a Supervisão Escolar. Essa decisão foi retomada por Valnir Chagas no parecer n.º 867/72 e sofreu algumas mudanças: estendeu-se então a todas as habilitações previstas no artigo 3º da Resolução n.º 2/69 e além de fixar a duração da experiência em no mínimo um ano letivo no caso de Orientação Educacional, e um semestre letivo nos demais casos: fixou também sua época como sendo anterior ao ingresso no curso ou à obtenção do diploma.

No que diz respeito ao título, o Parecer limita a duas áreas as habilitações a serem obtidas de cada vez, podendo ser de ordens diferentes ou de mesma ordem de duração.

Baseando-se na idéia da educação permanente, o parecer concebe a idéia de aproveitamento de estudos e justifica a permissão para que os licenciados em geral possam ter habilitações pedagógicas mediante complementação de estudos.

2- CURSOS DE PEDAGOGIA – UMA VISÃO ATUALIZADA

Como vimos no capítulo anterior, quando se faz mudanças no curso de Pedagogia, promove-se debates e levanta-se questões sobre a identidade do curso e conseqüentemente do profissional formado por ele.

Neste Segundo Capítulo descreveremos um panorama atualizado dos processos de reformulação dos cursos de Pedagogia nas principais universidades do Rio de Janeiro, buscando mostrar a identidade de seus cursos.

As universidades a partir de sua autonomia, buscam questionar a formação de seus profissionais, reelaborando seus princípios teóricos e práticos, buscam novos modos de educar, principalmente as Faculdades e Escolas de Educação.

Devido a grave situação da educação básica intensificam-se os questionamentos relacionados à formação dos educadores e suas condições de trabalho.

A instável situação das faculdades de educação, agravou-se ainda mais a partir da proposta do governo de se criar os Institutos Superiores de Educação, que vêm sendo visto pelos educadores, de uma maneira geral, como instituições inadequadas. É quase consenso entre os educadores que seria melhor ampliar o campo de atuação das faculdades de Educação, aprimorando a qualidade de seus serviços acadêmicos.

Em face das novas determinações legais, (LDB 9394/96 e os atos governamentais que se seguiram) os cursos de educação começaram a necessitar reformulações urgentes.

A partir destas novas determinações legais, os educadores acabam vendo fugir-lhes as mãos o destino da educação que está entregue a políticas descompassadas em relação aos verdadeiros interesses e necessidades sociais.

Essas reformulações, pelas quais as faculdades estão passando, foram organizadas através de um processo democrático que contava com a participação do corpo docente, discente e de funcionários que se reuniam em fóruns, reuniões, assembléias e pesquisas.

No Rio de Janeiro, as principais faculdades de Pedagogia desenvolveram ou estão desenvolvendo a reformulação de seus cursos, abaixo discriminamos como está este processo nas principais faculdades:

- UERJ e UFRJ – Estão debatendo internamente a construção das propostas de reformulação.
- UNI RIO - Concluiu o trabalho e está em fase de implantação.
- UFF e PUC-Rio – Já reestruturaram seus cursos.

“É possível afirmar que, para todas as instituições aqui contempladas, o projeto de reestruturação de seus Cursos de Pedagogia decorre de uma visão política explícita sobre a relação homem-sociedade” (Souza e Carino, 1999:22).

Para a apresentação de cada instituição analisada, se fez necessário a adoção dos mesmos critérios, são eles:

- Processo Interno de Discussão das Propostas de Reestruturação;
- Pressupostos Político-Pedagógicos;
- Perfil do Egresso;
- Eixo Central;
- Habilitações;
- Organização Curricular;
- Integração Curricular;
- Relação Teoria – Prática;
- Formação Cultural;
- Disposições Governamentais.

Apresentamos, a seguir a situação de cada uma delas.

Universidade Federal Fluminense - UFF

A UFF buscou oferecer uma educação que abrangesse a diversidade da ação profissional ao mesmo tempo que articulasse as diferentes áreas do conhecimento, de modo que a base teórica estivesse

relacionada com a práxis constituindo ao mesmo tempo um processo de apropriação e produção de conhecimento .

Ela defende que o profissional da educação precisa ser um intelectual consciente de sua responsabilidade social, um pesquisador de sua própria prática, *“que assuma de forma crítica e construtiva a prática educativa que ocorre no interior da escola e em sua ambiência externa”* (Souza e Carino, 1999:23).

A UFF entende que o magistério funciona como mola propulsora para as demais habilitações. Seu pensamento formou-se pela observância de ter no seu corpo discente uma grande maioria de professores do ensino fundamental e, portanto, possuidores de uma prática profissional concreta que vêm no ensino superior a continuação de sua formação, além de novas oportunidades profissionais. Ressalta também o quanto é importante o Magistério em seu curso, como forma de luta em favor da recuperação da escola pública e da escolarização básica da população, e afirma que com a interpretação desse quadro, reestruturou seu curso de Pedagogia de forma que este preparasse profissionais multiquificados que permeiem sua prática com o compromisso de intervir nas aspirações de uma sociedade mais justa e mais humana.

Oferece para a obtenção dessa multiquificação cinco habilitações integradas em uma única formação, são elas:

1. Magistério das Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio.
2. Magistério da Educação Infantil (creche e pré-escola) e Séries Iniciais do Ensino Básico.
3. Administração Educacional
4. Supervisão Educacional
5. Orientação Educacional

Seu curso possui 3.570 horas, distribuídas em 210 créditos para serem cursados em nove períodos, onde as disciplinas consideradas gerais iniciam o curso e progredem para aquelas que atendam as habilitações previstas, visando garantir a fundamentação teórica do curso. São

obrigatórias além das disciplinas, a pesquisa, a prática pedagógica, as atividades¹² e a pesquisa.

Tem o objetivo de promover sua integração curricular através de Pesquisa e Prática Pedagógica tendo como fio condutor a relação teoria e prática e conta com a figura do "Coordenador de Período"¹³ para sensibilizar e orientar os demais docentes para a convergência das disciplinas que ministram.

Busca no componente Pesquisa e Prática Pedagógica a superação da dialética saber e fazer pedagógico.

"Uma nova concepção de Estágio Produtivo, a Pesquisa e Prática Pedagógica é oferecida ao longo do curso, do primeiro ao nono períodos, onde o aluno se inicia na prática de ver e interpretar a questão educacional, forjando habilidades necessárias a sua atuação como professor-pesquisador". (Souza e Carino, 1999:29).

A intenção da UFF é que o Pedagogo multiquificado possua um perfil voltado para uma formação cultural ampla que implica na obtenção de uma visão completa e integrada, ratificando sua importância como sujeito transformador da realidade social.

Com relação as disposições governamentais, para a UFF, apesar das dificuldades que as universidades públicas vem passando, ocasionando a diminuição de sua autonomia, se faz necessário uma resistência organizada das instituições, frente aos desafios postos, clamando por responsabilidade social na formação do educador a partir de uma troca , uma reciprocidade acadêmica.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio

A PUC-Rio buscou superar uma formação fragmentada e burocrática dos professores e especialistas, através de uma formação básica comum e uma instrumentalização técnica, para tal constituiu um eixo de reflexão e formação teórica de seu Pedagogo, atrelada as questões e problemáticas vivenciadas na própria prática.

¹² Estas atividades implicam na existência de um espaço distinto da sala de aula convencional, onde se possa construir saberes que ampliem o redimensionamento do perfil de seu Pedagogo.

¹³ A função do Coordenador de Período é dada a um professor da faculdade de Pedagogia.

Procurou fazer com que seu profissional fosse capaz de propor ações a partir de uma formação consciente e crítica, tornando-se um agente a favor do trabalho coletivo, das decisões pedagógicas prestando uma assessoria tanto ao trabalho docente quanto ao técnico-administrativo¹⁴.

Elegeu como principal campo de estudo, a escola fundamental e o ensino médio que juntamente com a defesa da formação ampla, atendendo a demanda real que existe no trabalho concreto, ratifica a questão do Magistério como central, mesmo que envolva tarefas não estritas a atuação magisterial.

A PUC-Rio pretende especializar o Pedagogo, a partir de uma formação articulada que permita resgatar o conhecimento teórico-prático. Desta forma permite que o aluno possa obter o registro simultâneo em :

1. Administração Escolar
2. Supervisão e Orientação Educacional

Além dessas, forma também o Professor de Disciplinas Pedagógicas dos Cursos de Formação de Professores ou o Professor das Séries iniciais do Ensino Fundamental.

Seu curso possui 190 créditos, que se distribuem na Formação Comum e na Específica:

- 16 créditos preenchidos pelas disciplinas de cultura religiosa
- 20 créditos preenchidos pelas disciplinas de cultura geral¹⁵
- 82 créditos preenchidos pelas disciplinas que compõe a formação básica.
- 72 créditos preenchidos pelas disciplinas de formação específica.

Integrar as disciplinas foi um dos grandes objetivos que impulsionou a reformulação curricular da PUC-Rio, que fundamentou as suas discussões nas questões relacionadas a teoria-prática. Adotou um currículo considerado flexível¹⁶ que possibilita atualização com o passar do tempo.

¹⁴ Esta instituição, por convenção, denominou –o de Assistente Pedagógico quando do período da elaboração de sua proposta.

¹⁵ São oferecidas muitas disciplinas dentro do Núcleo Básico para todos os alunos do Centro de Teologia e Ciências Humanas.

¹⁶ O currículo flexível está atrelado às varias possibilidades de comunicação com outros campos do conhecimento.

A instituição entende a dimensão teórica como uma reflexão sobre a atividade prática, o que possibilita o auxílio na compreensão e na solução de problemas. A unidade teoria-prática se configurou como um dos principais eixos para a estruturação de seu curso, outras disciplinas vieram a integrar este eixo juntamente com as atividades de estágio e ampliação de oportunidades de participação dos alunos nas pesquisas coordenadas pelos professores da Pós-graduação.

A PUC-Rio a fim de evitar o enfraquecimento de enfoques que venham restringir a formação do Pedagogo ao campo técnico-instrumental, dá singular relevância às disciplinas eletivas cursadas pelos seus discentes em outros departamentos, o que entende ser propício para uma formação voltada aos mais amplos aspectos culturais¹⁷.

Percebe a atual reforma imposta pelo governo federal como paradoxal e por isso se manifesta criticamente, se por um lado a reforma tenta elevar todas as instâncias de formação de professores ao nível superior, por outro afirma a incapacidade crônica da Universidade em contribuir para a universalização do ensino básico. Outro paradoxo é a criação dos ISE's, na medida em que o governo sustenta a criação de uma rede paralela aos cursos de Pedagogia e às outras licenciaturas já existentes,

"parecendo contrariar a lógica econômica que é utilizada nos projetos de reforma do sistema educacional encaminhados por ele próprio" (Souza e Carino, 1999:32).

Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

A UERJ ainda está em busca do caminho para sua reformulação, considerando de suma importância o rompimento com a mera transmissão de conteúdos, também discute as dificuldades de se trabalhar com os aspectos sociais contemporâneos.

Apesar de estar começando sua formulação das proposições que indicarão os caminhos para percorrer em sua reestruturação, a UERJ mostra

¹⁷ A PUC-Rio, desenvolve projetos que possibilite o envolvimento com diversas instituições culturais que possibilitem uma formação e experiência cultural variada, com a licenciatura, a arte e a história, no âmbito de museus e de outros espaços culturais.

a relevância do rompimento com a transmissão de conteúdos, perguntando-se quais as dificuldades enfrentadas pelo educador brasileiro ao lidar com os aspectos da vida atual brasileira (violência na escola e fora dela, pluralidade cultural, injustiça social, etc.), para que estas respostas possam ser respondidas intencionando a definição de um novo currículo que prepare o profissional para estas questões.

Esta instituição se encontra a procura do eixo central que balizará sua reestruturação, mas pelas questões já abordadas, ela sugere que seu ponto de partida será o de manter o Magistério como eixo.

A UERJ oferece as seguintes habilitações, em função de sua última reforma curricular realizada em 1991:

1. Educação de Jovens e Adultos.
2. Educação Infantil.
3. Educação Especial.
4. Magistério de Disciplinas Pedagógicas.

Um dos pontos que foi discutido para a reforma curricular da UERJ foi a multiabilitação do Pedagogo¹⁸ que possibilitava a habilitação em um conjunto de áreas. Porém, esta proposta acabou se esvaziando no debate interno, devido as incertezas que o próprio MEC coloca, quer seja na reforma universitária, quer seja no planejamento dos padrões curriculares que viriam subsidiar o processo de avaliação comparativa das instituições de nível superior.

No momento em que estes levantamentos estavam sendo feitos, a instituição não entrou em detalhes sobre sua grade curricular. Por estar dividida em núcleos encontra dificuldades relacionadas a articulação teoria-prática, que é uma questão considerada relevante em seu projeto de reformulação. Por isso, ressalta a existência de três núcleos sucessivos onde cada um corresponde às Disciplinas Básicas (propugna que os alunos recebam fundamentação teórica), às Disciplinas Aplicadas (Estudo de práticas pedagógicas balizadas pelos fundamentos já dominados) e às

¹⁸ Magistério em Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Magistério para a 1ª e 4ª séries do 1º Grau

Disciplinas Específicas de formação profissional (aplicação do conhecimentos anteriores nas áreas de formação¹⁹).

A idéia da UERJ é constituir uma relação entre teoria e prática como núcleo articulador do curso, mesmo esbarrando em problemas de ordem formal que merecem ser examinados antes da elaboração da proposta de sua reestruturação curricular

Ao considerar os problemas impostos pelos atos governamentais que cercam a reforma da educação brasileira, a UERJ ratifica a necessidade da Universidade construir sua história e não esperar pelas “*diretrizes emanadas pelo poder central*”. (Souza e Carino, 1999:32), de modo que o Pedagogo possa enfrentar os desafios educacionais impostos à nossa sociedade.

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

A UFRJ não pretende romper com as contribuições e pressupostos fundamentais do currículo atual e tem como princípio norteador de sua reestruturação a competência técnica vinculada a uma consciência crítica e social adequada a uma formação humanista voltada para a responsabilidade do Pedagogo perante a sociedade.

Sua proposta de formação consiste na busca da construção do conhecimento a partir de uma atitude investigativa e crítica, “*pedagogo-professor/ professor-pesquisador/professor intelectual*”. (Souza e Carino, 1999:24), visando também a capacitação de um profissional competente de forma a atuar com consciência tanto em sala de aula quanto em coordenação pedagógica na administração escolar, na gestão de sistemas, pensando nas condições da atuação técnica e política da educação como um todo.

Tem a docência como base da identidade profissional do Pedagogo (seja no âmbito da educação formal ou não formal) convergindo para outras possibilidades no campo pedagógico. Tem por convicção que o papel desempenhado pelo professor deve considerar a dimensão social e

¹⁹ Ainda não favorável à efetiva articulação pretendida pela instituição.

defende a formação docente em nível de 3º grau voltado para o trabalho com todas as faixas etárias²⁰.

A UFRJ oferece três habilitações distintas:

1. Educação Pré-Escolar.
2. Magistério das Séries Iniciais do 1º Grau
3. Magistério das Disciplinas Pedagógicas do Ensino Normal.

Face a sua reestruturação, em curso, é possível que se mantenha a estrutura das habilitações vigentes, desde que ligadas a dois eixos: um básico e obrigatório (que habilite para o Magistério em seus três níveis²¹) e outro complementar e possivelmente obrigatório, caracterizado pela inclusão da habilitação Coordenação Pedagógica. Estas mudanças afirmam a idéia da instituição em formar o Pedagogo Integral (profissional que pensa estrategicamente a unidade escolar em seu projeto pedagógico e a gestão do sistema educacional) que possa responder as crescentes demandas da rede pública e privada de ensino.

Seu currículo é formado por disciplinas extremamente extensas e variadas, Divididas em duas partes: o tronco comum e o tronco específico

Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO

A UNIRIO começou seus questionamentos sobre qual profissional pretendia formar sem esquecer as especificidades, buscando saberes não fragmentados e a reflexão crítica, através da compreensão das novas linguagens contemporâneas.

A instituição aspira que seu educador mantenha-se permanentemente em busca novos conhecimentos e procure articular teoria e prática, a partir da construção de metodologias que possam embasar seu cotidiano ao mesmo tempo que possa exercer a *cidadania ativa*, com o compromisso de uma *educação inclusiva*, respeitando as diferenças e unindo *o racional, o emocional, o estético e o ético-político*. A UNIRIO pretende que seu educador seja um *enunciador de sua própria palavra*, que se construa

²⁰ Vê esse mecanismo como indissociável para a democratização da educação e a garantia de um ensino público gratuito e de qualidade no Brasil.

²¹ Educação Infantil, Séries Iniciais e Conteúdos Pedagógicos da Formação Docente)

através de questionamentos e análises para contribuir e intervir na transformação da realidade educacional brasileira.

Sua formação tem como eixo central a docência, partindo do

“pressuposto de que a docência não se resume na relação ensino-aprendizagem realizada exclusivamente no interior do espaço escolar, mas num processo complexo e criativo, fundador de um conjunto amplo de ações educativas no seio da sociedade”. (Souza e Carino, 1999:25).

Seu novo currículo estruturou-se sob o enfoque humanista embasado em uma sólida formação na área das Ciências Humanas, Filosofia e Arte, pretende uma múltipla formação do Pedagogo-docente, onde o aluno até o 7º período perfaz as seguintes habilitações:

1. Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental.
2. Educação Infantil.
3. Educação de Jovens e Adultos.

Ao concluí-las é permitido que o aluno curse uma outra habilitação, considerada inédita, que é Educação e Comunicação.

A carga horária mínima de seu Curso de Pedagogia é de 2850 horas distribuídas em três núcleos:

- Formação Geral – com 1950 h/aula composta por atividades acadêmicas/disciplinas obrigatórias de fundamentação teórica geral, disciplinas relacionadas à habilitação Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Pesquisa e Prática Pedagógica.
- Formação Específica – com um mínimo de 300 h/aula da carga horária plena, 300 h/aula de Educação Infantil, 300 h/aula de Educação e Comunicação e 330 h/aula de Educação de Jovens e Adultos.
- Formação Complementar – com 240 h/aula definidos entre as disciplinas/atividades acadêmicas optativas e disciplinas eletivas, à escolha do graduando.

O Pedagogo, para a UNIRIO, deve associar ao mesmo tempo a realidade local e o contexto global, buscando conhecimentos de ordem inter e transdisciplinares que dêem conta dos desafios de sua prática. Constituiu a

atividade de Pesquisa e Prática Pedagógica para estabelecer um vínculo entre a teoria e a prática de forma que permita integrar o conjunto de disciplinas de cunho teórico/ prático e a prática efetiva das habilitações .

A Pesquisa e a Prática Pedagógica deverá ser cursada paralelamente as demais disciplinas para que se possa articular o cotidiano pedagógico com a reflexão teórica, de modo que incite os graduandos a buscar novas metodologias e novos caminhos teóricos para restabelecer as relações pedagógicas.

Mantendo-se fiel a sua área artístico-cultural , entende que além de compreender a realidade cultural reserva-se também ao educador a intervenção de outras formas socioculturais, mantendo em seu currículo disciplinas que visem esta articulação.

Com relação as ações governamentais, a UNIRIO concorda com a formação de docentes em nível superior, mas não concorda com a criação dos ISE's para tal finalidade. Para isto usa a contra argumentação de que não há garantias de que possuam espaço para a pesquisa, uma vez que também não é garantido seu vínculo a Universidade.

Todas estas faculdades em seu processo de reformulação estão buscando construir novos caminhos para a formação do Pedagogo, tendo como parâmetro a docência e uma nova prática pedagógica baseada em princípios humanistas e éticos. Parece que esse novo Pedagogo deverá ser um cidadão atuante e consciente do seu papel enquanto aquele que transforma a realidade sócio-cultural na qual está inserido. Vejamos no capítulo a seguir o perfil desse novo Pedagogo traçados pelos currículos que estão vigindo nas cinco universidades mencionadas anteriormente.

3- A IDENTIDADE DOS EGRESSOS DE PEDAGOGIA.

Conforme descrevemos no capítulo anterior, são muitos os pontos de aproximação entre as instituições que possuem o Curso de Pedagogia.

Neste momento do texto vamos ressaltar apenas os pontos de aproximação no que diz respeito ao profissional que se pretende formar, ou seja, a identidade do Pedagogo.

Os pontos mais comuns discutidos pelas Faculdades de Educação na construção desta identidade são:

1. Educador enquanto intelectual
2. Responsabilidade social na prática educativa
3. Articulação entre teoria e prática
4. Pesquisador
5. Magistério como espinha dorsal com possibilidade de convergir para outros campos relacionados com a prática pedagógica.

Para que se pudesse formar o educador intelectual, foi necessário que se rompesse com a formação fragmentada que culminava em uma visão parcial do processo educativo.

Para esse rompimento, optou-se, então, por uma formação comum através de uma gama de conhecimentos considerados fundamentais (enfocados pela Base Comum Nacional²²), pressupondo que esta base pudesse permitir a articulação das diferentes áreas de conhecimento.

Acreditam que com essas medidas o Pedagogo tenha uma base teórica reforçada interligada a uma prática pedagógica que permita um processo dinâmico de *apropriação e construção de conhecimento*.

Com isso o educador estará sempre em busca permanente de novos conhecimentos, sendo assim um *enunciador de sua própria palavra*.

²² De acordo com a ANFOPE, a base comum nacional compõe-se : da docência como base da formação, articulação teoria/prática, uma sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais. (Documento Final do X Encontro Nacional da ANFOPE, Brasília , 2000.

O profissional da educação deve articular teoria e prática social, ou seja, deve ser um profissional que intervêm na realidade, em busca de uma sociedade mais justa e mais humana. Portador de um conjunto de conhecimentos que possibilita a articulação dialética teoria e prática, deve compreender seu papel histórico e seu compromisso com uma nova ordem social.

Este profissional deve estar capacitado para refletir sobre a prática compreender os problemas e buscar soluções. Um profissional que pode realizar um trabalho educacional com qualidade social e considere a educação como um instrumento para transformação, buscando uma

"sociedade mais justa, ética, que respeite os seus cidadãos com as suas diferenças e se preocupe com a construção de sujeitos plenos e ativos que saibam lutar pelos interesses sociais comuns". (Souza e Carino, 1999:152).

A visão que se tem de um Pedagogo- Pesquisador está relacionada a responsabilidade de pesquisar sua própria prática.

"Desde a atitude inicial de estranhamento do cotidiano, através da problematização e da desnaturalização do fenômeno pedagógico". (Souza e Carino, 1999:91).

Um profissional que seja observador da realidade, na busca e na organização de dados que lhe permita desenvolver metodologias adequadas as situações vivenciadas, diferenciando concepções e aplicando as mais coerentes na compreensão da realidade, construindo seu próprio objeto de estudo, ratificando o desejo de que seja o *enunciador de sua própria palavra*.

Existem algumas dúvidas relacionadas ao destino do Magistério em nível superior devido as reformulações impostas pelo governo, mas é consensual nas faculdades de educação que o Magistério é a espinha dorsal, como se fosse uma **habilitação geradora** das demais.

Acredita-se que o Magistério possui uma expressão de luta para a recuperação da escola pública e da escolarização básica da população, onde o Magistério é a base da identidade profissional do Pedagogo.

A docência não se encerra na relação ensino-aprendizagem, mas num processo complexo e criativo fundador de um conjunto ampliado de ações educativas na transformação da sociedade e que permite a seu profissional capacidade para participar ativamente da dinâmica socio-cultural derivada de nosso tempo nas mais diversificadas áreas de atividades humanas, que tem como consequência uma gama de oportunidades profissionais para o Pedagogo em outras áreas que não a docência mas que com ela estão imbricadas.

O Pedagogo não deve ser visto como um simples especialista porque o processo educativo é complexo, exigindo uma multiplicidade de olhares e práticas. Por isso, devemos questionar e pensar sobre a formação desse profissional, de modo que ele possa atuar em diferentes espaços educativos, lembrando que a educação, como nos dizia Paulo Freire exige:

"respeito aos saberes dos educandos, pesquisa, criticidade, risco, aceitação do novo, reflexão crítica sobre a prática, rejeição a qualquer forma de discriminação, bom senso, curiosidade, competência profissional e generosidade, liberdade, autoridade, alegria e esperança" (Freire, 1997:7-8).

Sendo assim, as Faculdades ou Escolas de Educação de nossas universidades devem lutar por uma formação complexa e humanista de seus Pedagogos.

Conclusão:

A leitura dos textos que embasaram esta monografia nos possibilitou constatar e refletir criticamente os impasses e problemas que foram historicamente surgindo nos cursos de Pedagogia. Problemas e impasses que não serão solucionados meramente pela homologação de leis, decretos e normas.

Entre as décadas de 70 e 80, a identidade do Pedagogo foi marcada pela formação do especialista, ocorrendo uma expansão de carreiras como: Orientação Educacional e Supervisão Escolar, provocando reformulações nos cursos de Pedagogia, estas reformas deixaram dúvidas com relação ao campo de atuação destes profissionais e a sua identidade.

Os cursos de Pedagogia também apresentavam uma fragmentação do conhecimento, desmembrando a docência da especialidade (professores e pedagogos), através de um currículo específico para cada área, contendo apenas algumas disciplinas em comum.

Criou-se na esfera pública funções para esses especialistas e gradativamente eles também conquistaram espaço no setor privado de ensino, mas na década 90, esses profissionais foram perdendo seu campo de atuação e, nos dias de hoje, podemos constatar um esvaziamento brutal das funções desses profissionais, que talvez estão fadados à extinção.

Passado o entusiasmo em se formar especialistas na graduação, percebemos que na década de 90, com o descrédito que são tratados os educadores e os desafios do novo milênio, surge a necessidade de uma nova escola que seja capaz de compreender uma sociedade em mudança.

Essas mudanças sinalizadas pela própria sociedade reforçam a urgência de se repensar valores, práticas e posturas que ratificam as reformulações que estão sendo discutidas, desde a década de 80, em alguns fóruns educacionais, tais como: a ANFOPE e a ANPED.

O ensino universitário brasileiro está fundamentado em algumas dicotomias, como por exemplo: a separação entre teoria (aplicada na sala de aula) e prática (a vida

real dos alunos) e não busca a formação de um homem integral que saiba questionar o seu contexto sócio-político-cultural-econômico.

A formação do homem enquanto cidadão acaba por se limitar a adequação ao *status quo*, tornando-o passivo em relação a seus problemas cotidianos, como se o preparasse para a aceitação e a acomodação.

Felizmente, ao longo do tempo, o pensamento pedagógico em nosso país vem sofrendo profundas modificações permitiram vislumbrar uma educação voltada para uma nova concepção de homem, enquanto cidadão participante de um mundo avançando tecnologicamente, um ser plural, que deve ter novas posturas éticas e estéticas. Essa nova concepção vem exigindo a formação de um pedagogo diferente.

No terceiro capítulo deste trabalho, cinco pontos foram apontados pelas Faculdades de Educação como importantes para a identidade do Pedagogo: educador enquanto intelectual; responsabilidade social na prática educativa; articulação entre teoria e prática; pesquisador; docência e a possibilidade de atuação em outros campos ligados à educação. Estes aspectos estão intrinsecamente vinculados e são imprescindíveis à formação do novo Pedagogo/ Educador

A este trabalho, coube apenas demonstrar as questões pertinentes a identidade do Pedagogo, nos períodos de maior efervescência da educação brasileira.

Na verdade, concluímos nossa monografia com a famosa máxima de Sócrates: “- Só sei, que nada sei”. Sem a intenção de relativizar a identidade do Pedagogo, mas sim com o intuito de demonstrar a necessidade de se aprender sempre, num processo de desconstrução e reconstrução de paradigmas. Precisamos estar abertos ao conhecimento, haja vista que ele não é um ponto final e sim um processo contínuo.

Referência Bibliográfica:

BRZEZINSKI, Iria. **ANPED**. Formação de Professores : formulação de uma concepção básica na trajetória do movimento das reformulações curriculares. Minas Gerais. 1993
Chagas, Valnir. **Educação Brasileira: O Ensino de 1º e 2º Graus (antes, agora e depois?)**. São Paulo. Saraiva,1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. Rio de Janeiro. Paz e Terra,1997.

GATTI, Bernardete. **Formação de Professores e Carreira: Problemas e Movimentos de Renovação**. Campinas. Autores Associados, 1997

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora? Novas Exigências Educacionais e Profissão Docente**. São Paulo. Cortez, 2000.

PESSANHA, Eurize Caldas. **Ascensão e Queda do Professor**. São Paulo. Cortez,1997.

SILVA, Carmem Silvia Bissoli. **Curso de Pedagogia no Brasil: História e Identidade**. Campinas. Autores Associados,1999.

SOUZA, Donaldo Bello de e CARINO, Jonaedson. **Pedagogo ou Professor? O Processo de Reestruturação dos Cursos de Educação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Quartet. 1999.